



Merkel e Lula no tête-à-tête



Reunião ampliada do G8

## Percepções do Brasil sobre a Cúpula de Heiligendamm

*África do Sul, Brasil, China, Índia e México puderam aprofundar em Heiligendamm o diálogo com as principais economias industrializadas sobre temas prioritários da agenda internacional. O embaixador Everton Vargas faz, com exclusividade para a Tópicos, um balanço do encontro do ponto de vista brasileiro.*

TEXTO: EVERTON VARGAS\*

A Cúpula do G-8, realizada em Heiligendamm, teve especial importância para os países em desenvolvimento, ao abordar temas de interesse estratégico, como a questão da mudança do clima e a situação atual da economia internacional. A reunião trouxe resultados positivos ao contribuir para a promoção do diálogo e do intercâmbio de percepções entre

os países em desenvolvimento convidados e os líderes dos sete países mais industrializados do mundo e a Rússia.

Do ponto de vista brasileiro, a mobilização dos países em desenvolvimento refletiu a sensibilidade da presidência alemã exercida pela chanceler Angela Merkel. Como já ocorrera nas cúpulas de Evian, Gleneagles e São Petersburgo, o Brasil procurou contribuir ativamente para as discussões, ao trazer um olhar da agenda internacional que privilegia a conciliação da promoção do desenvolvimento econômico com a repartição mais justa de seus benefícios, em particular mediante a geração de emprego e renda para os setores menos favorecidos das sociedades mais pobres.

O lançamento do “Processo de Heiligendamm”, cujo objetivo é estabelecer uma estrutura para o diálogo entre o G-8 e os cinco países convidados, nos próximos dois anos, abre oportunidades para uma justaposição das perspectivas das sociedades que experimentam acelerado crescimento



Everton Vargas

econômico no mundo em desenvolvimento com os países líderes do mundo industrializado. Para o Brasil, essa poderá ser uma oportunidade concreta para que os interesses dos países em desenvolvimento se façam mais presentes na agenda do G-8. Para isso, será fundamental que esse diálogo seja equilibrado, e que tanto a participação dos países convidados quanto a participação dos membros do G-8 nesse processo concorram para a progressiva integração das perspectivas de Brasil, África do Sul, China, Índia e México nas discussões das diferentes iniciativas e documentos patrocinados pelo G-8.



Mensagem clara das ONGs: G8 precisar combater a pobreza

\* O embaixador Everton Vargas, chefe da Sub-secretária-Geral Política do Itamaraty, atuou como “sherpa” (representante pessoal do presidente Lula) na preparação ao G8.



Lula e Amorim acertam detalhes ...



... antes de o presidente falar com a imprensa

O “Processo de Heiligendamm” poderá constituir um espaço para que sejam tratadas de maneira democrática e equânime questões que afligem todo o planeta, mas que se revelam particularmente dramáticas para os países que dispõem de menos recursos financeiros, tecnológicos e humanos. Por essa razão, a expectativa brasileira é de que os líderes do G-8 e os líderes dos países convidados manifestem disposição para unir esforços, de acordo com suas respectivas capacidades, em torno de ações que tragam benefícios concretos sobretudo para as

nações que ainda precisam se desenvolver.

A governança global passa por um momento de transição. Decisões que, até há pouco, eram circunscritas a conjuntos ou grupos de países em decorrência de seu poderio econômico ou militar, requerem hoje um alargamento do espectro de participantes. O G-20 na Rodada Doha, as discussões sobre a reforma das Nações Unidas, a necessidade de ações coletivas para enfrentar questões globais, como a mudança do clima, deixam claro que os

temas atinentes ao futuro da humanidade clamam por institucionalidades que superem os modelos antigos de decisão concertada entre nações com visões análogas da realidade internacional. Transformar o mundo para fazê-lo mais justo e próspero requer incluir a diversidade de opinião e de condições para que as ações necessárias considerem as diferenças como elemento constitutivo da busca de interesses comuns. É nesse sentido que a reunião de Heiligendamm aponta para uma nova direção cujo caminho cumprirá trilhar com cuidado e ousadia. ■

## UE quer parceria estratégica com o Brasil

A Comissão Europeia propôs no final de maio passado lançar uma parceria estratégica com o Brasil durante a reunião bilateral que ocorrerá em Lisboa, em 4 de julho. “O Brasil desempenha um papel muito importante como parceiro da UE”, disse o presidente da Comissão, José Manuel Durão Barroso.

Segundo Barroso, as prioridades dessa parceria deverão ser a promoção dos direitos humanos e a cooperação em desafios mundiais, como o aquecimento global, a segurança energética e o apoio à estabilidade política e ao desenvolvimento econômico da América Latina.

Em nota à imprensa, o Ministério das Relações Exteriores informou que “o governo brasileiro acolhe de forma altamente positiva a proposta da Comissão Europeia, que é decorrência natural de um relacionamento iniciado há 47 anos”. A proposta estaria em sintonia com as parcerias estratégicas que o Brasil já mantém com vários países membros da UE, entre os quais Alemanha, França, Reino Unido, Portugal, Espanha e Itália.

“A parceria estratégica Brasil-UE reflete o aprofundamento das relações bilaterais, em cujo contexto se inscreve a formalização, em 30 de abril, do diálogo político de alto nível e a dinamização da cooperação em diferentes áreas de interesse mútuo, como energia/biocombustíveis, ciência e tecnologia, meio ambiente, cooperação técnica, temas sociais, desenvolvimento regional e transportes marítimos”, diz a nota. Brasília espera que essa parceria, que tem caráter estritamente bilateral, represente também um impulso político às negociações UE-Mercosul.

Para Luigi Gambardella, presidente do Fórum EuBrasil, criado em Istambul em maio de 2005, o Brasil representa hoje a única oportunidade para a UE expandir suas relações bilaterais com as economias mais promissoras em desenvolvimento no mundo. “O Brasil é hoje o mais importante mercado para a UE na América Latina, representando um terço do comércio total da União Europeia nessa parte do mundo. Para o Brasil, a UE é o mais importante parceiro comercial, totalizando 22% de seu comércio exterior”, disse. (Ansa e MRE)